



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU-PR
Hospital Municipal Padre Germano Lauck



CARGO/ FUNÇÃO - ADMINISTRADOR

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2018 PROVA ESCRITA (OBJETIVA) – 01/07/2018
INSTRUÇÕES**

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, verifique se faltam folhas neste caderno, se a sequência de **trinta** questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 30 (trinta) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-o imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de **tinta preta**. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. **Em hipótese alguma ocorrerá sua substituição por erro de preenchimento ou qualquer dano causado por você.**
8. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e outros objetos deverão ser colocados sob a carteira ou mesmo no assolho da sala.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de resposta, é de 4 (quatro) horas a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. O tempo mínimo de permanência na sala de provas será de 01 (uma) hora, podendo o candidato sair a partir das 09h30min.
13. Os dois últimos candidatos deverão retirar-se simultaneamente após entregar o material e assinar a ata juntamente com os fiscais de provas.
14. Não esquecer se levar seus pertences pessoais. O caderno de provas poderá ser levado pelo candidato.

PORTUGUÊS ENSINO SUPERIOR

STF autoriza troca de nome em documentos de transgêneros mesmo sem cirurgia

BRASÍLIA — O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira que transexuais e transgêneros têm o direito de alterar o nome social e o gênero no registro civil, mesmo que não tenham sido submetidos à cirurgia de mudança de sexo ou tratamento hormonal. Para fazer a mudança, a pessoa precisa apenas ir ao cartório e declarar seu novo nome. Ou seja, não será preciso entrar na justiça para pedir a alteração. A regra vale para transexuais de todo o país.

— Esse é um julgamento que marca mais um passo na caminhada pela ativação do princípio da igualdade no sentido do não preconceito. Continua havendo intolerância, discriminação, preconceito e todas as formas de manifestação, expressa ou velada — comemorou a presidente da corte, ministra Cármen Lúcia.

A decisão foi tomada por dez votos a zero. Apenas o ministro Dias Toffoli não participou do julgamento, porque estava impedido. O relator, ministro Marco Aurélio Mello, propôs que fossem fixados critérios para a pessoa solicitar a mudança do prenome — entre eles, diagnóstico médico e idade mínima de 21 anos.

Mas os demais ministros ponderaram que essa medida não seria necessária, porque a legislação de registros públicos já contém regras para a alteração no prenome. A principal delas é o constrangimento que o nome pode trazer à pessoa.

Pela decisão do STF, o cartório não expediria uma nova certidão de nascimento para transexuais, mas mudaria os dados no documento já existente. O motivo da mudança ficaria sob sigilo no cartório.

Ao fim do julgamento, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, anunciou a publicação de uma portaria autorizando servidores e funcionários do Ministério Público Federal a usarem o nome social na instituição, mesmo que ainda não tenham feito a mudança no cartório.

Carolina Brígido
O Globo, 01.03.2018

Texto adaptado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-autoriza-troca-de-nome-em-documentos-de-transgeneros-mesmo-sem-cirurgia-22446813>

01. No segundo parágrafo, a partir da declaração da ministra Cármen Lúcia, NÃO é possível afirmar que

A.	a direção tomada nessa decisão é a do não-preconceito.
B.	a lei não impede o preconceito contra os sujeitos transexuais e transgêneros.
C.	a decisão do STF é mais um passo para a ativação do princípio de igualdade.
D.	há preconceitos expressos e velados. No entanto, a decisão tomada é garantia de um direito.
E.	a lei impede toda e quaisquer formas de preconceitos contra os sujeitos transexuais e transgêneros.

02. A conjunção adversativa que abre o quarto parágrafo refere-se, especificamente,

A.	à decisão por dez votos a zero.
B.	à proposta de fixar critérios para a mudança dos nomes.
C.	ao impedimento do ministro por não participar do julgamento.
D.	ao constrangimento que o nome de registro pode trazer à pessoa.
E.	à legislação existente e as suas regras para a alteração do prenome.

03. No quarto parágrafo, as conjunções adversativa e explicativa podem ser substituídas, respectivamente, sem alterar o sentido do texto, apenas por

A.	porém, pois.
B.	todavia, se.
C.	contudo, apesar de.

D.	entretanto, no caso de.
E.	apesar disso, enquanto.

04. Com a decisão do STJ, para a troca dos nomes, basta que os sujeitos interessados	
A.	tenham a idade mínima de 21 anos.
B.	apresentem um diagnóstico médico.
C.	se submetam ao tratamento hormonal.
D.	se submetam à cirurgia de mudança de sexo.
E.	se dirijam ao cartório e declarem seu novo nome.

05. Cabe ao cartório, segundo o texto acima,	
A.	expedir uma nova certidão de nascimento.
B.	mudar os dados no documento já existente.
C.	averiguar se os sujeitos têm diagnósticos médicos.
D.	solicitar uma comprovação de redesignação sexual.
E.	conferir se os interessados entraram na justiça para pedir a alteração.

MATEMÁTICA SUPERIOR

06. Determinado hospital possui 200 leitos dos quais 5% são destinados à Unidade de Tratamento Intensivo. Assim, é CORRETO afirmar que a quantidade de leitos destinados à Unidade de Tratamento Intensivo é de	
A.	10.
B.	15.
C.	20.
D.	25.
E.	30.

07. Seja $S_n = 3 \cdot 4^{n-1}$, $n = 1, 2, 3, \dots$. Se $S = S_1 + S_2 + S_3 + S_4 + S_5$, então S é igual a	
A.	$4^4 - 1$.
B.	4^4 .
C.	$3 \cdot 4^4$.
D.	$4^5 - 1$.
E.	$3 \cdot 4^5$.

08. A equação $y = 0,9t$ fornece a quantidade, y (em ml), de determinado medicamento que será ministrada em um paciente após t doses. Sabendo-se que deverão ser ministradas oito (8) doses, então é CORRETO afirmar que após as oito (8) doses, a quantidade, em ml, de medicamento ministrada neste paciente será de	
A.	0,64.
B.	0,72.

C.	6,4.
D.	7,2.
E.	8,1.

09. Considere a função dada por $f(x) = 2^{4x+2}$. O valor de x tal que $f(x) = 16$ é	
A.	0.
B.	$\frac{1}{2}$.
C.	1.
D.	$\frac{3}{2}$.
E.	2.

10. O quadro abaixo apresenta o tempo que cada aluno de determinada turma levou para concluir um curso profissionalizante. Com base nas informações do quadro, é CORRETO afirmar que o tempo médio, em meses, que os alunos desta turma levaram para concluir o curso, foi

Alunos	Tempo (em meses)
Aline	20
Paulo	22
Carlos	23
Clarice	23
Maria	22

A.	20.
B.	21.
C.	22.
D.	23.
E.	24.

CONHECIMENTOS GERAIS NÍVEL SUPERIOR

11. Sobre a História e a Geografia do município de Foz do Iguaçu, é CORRETO afirmar que	
A.	a partir das últimas mudanças em seu desenho territorial, Foz do Iguaçu ficou localizada ao Norte: pelo lago de Itaipu, pela Ilha do Bananal e pelo município de Itaipulândia; ao Sul: pelo Rio Iguaçu, que faz fronteira com a cidade de <i>Puerto Iguazu</i> , na Argentina; a Oeste: com os municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, e a Leste: faz limite com o Rio Paraná, que demarca a fronteira com <i>Ciudad Del Este</i> , no Paraguai.
B.	o acordo que define as fronteiras entre o Brasil e a Argentina ocorreu em 06 de outubro de 1905, coroado pela inauguração, na região do Porto Meira, do Marco das Três Fronteiras.
C.	o então presidente do Brasil, General Castelo Branco, e o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, inauguram a Ponte Internacional da Amizade. O evento ocorreu no dia 27 de março de 1965.

D.	em 1972, foram encerradas as atividades da construção da Usina de Itaipu e, em 1976, o Parque do Iguaçu recebeu a distinção de Patrimônio Natural Mundial, concedida pela UNESCO, órgão vinculado à ONU.
E.	em 1859, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas de todas as colônias lusas, cessando a atuação de autoridades espanholas no Sul do Brasil, tendo como limite o Rio Paraná.

12. Dentre os enunciados abaixo que tratam de temas da atualidade no mundo, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	Nos últimos anos, tensões entre EUA e Coreia do Norte cresceram a ponto de os dois países se acusarem mutuamente. Os estadunidenses fizeram diversas manobras militares e os norte-coreanos realizaram diversos testes de mísseis.
B.	Os recentes diálogos com a Coreia do Sul resultam de uma grande pressão internacional. O país ainda é alvo de inúmeras sanções econômicas feitas pelos países pertencentes à Organização das Nações Unidas (ONU).
C.	Completa trinta anos em 2018, a Constituição de 1988 que foi definida por Ulysses Guimarães como “Constituição Cidadã”. A referida Carta Magna ampliava os direitos e garantias individuais em várias áreas.
D.	É divulgado em dezembro de 2017 que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, transferiu a embaixada do seu país de Tel-Aviv para Jerusalém, reconhecendo a cidade como capital de Israel.
E.	As maiores economias do mundo estão estimulando políticas para combater a desigualdade de gênero. A Islândia se tornou, em 2018, o primeiro país do mundo a impor igualdade salarial entre homens e mulheres.

13. Analise o texto a seguir: <i>“A perspectiva ambiental consiste num modo de ver o mundo no qual se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. À medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades e desejos crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos. (...) A exploração dos recursos naturais se intensificou muito e adquiriu outras características, a partir das revoluções industriais e do desenvolvimento de novas tecnologias, associadas a um processo de formação de um mercado mundial que transforma desde a matéria-prima até os mais sofisticados produtos em demandas mundiais”.</i> In: <i>Parâmetros Curriculares Nacionais. Meio Ambiente.</i>	
Tomando por base a citação acima, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamada de Rio-92, foi realizada no Rio de Janeiro. Foi o primeiro encontro mundial desse gênero depois do fim da guerra fria. Seu principal objetivo era analisar estratégias e políticas de desenvolvimento pautadas em torno da ideia de sustentabilidade, prioritariamente para os países subdesenvolvidos.
B.	Divulgado no ano de 2017 pelo relatório “Defensores da Terra” (organização não governamental <i>Global Witness</i>), o Brasil foi o país do mundo em que mais morreram ambientalistas em 2016.
C.	O rompimento da barragem do Fundão, pertencente à mineradora Samarco em novembro de 2015, é considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil, deixando 19 mortos e gigantescos danos à natureza.
D.	A COP 23 – Conferência do Clima das Nações Unidas – ocorreu na Alemanha em 2017 tendo como grande objetivo viabilizar a implementação efetiva do Acordo de Paris que trata das mudanças climáticas no mundo.
E.	Donald Trump referendou a adesão estadunidense ao acordo climático firmado por Barack Obama em Paris na COP 21 de 2015.

14. Acerca das recentes mudanças legislativas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, assinale a alternativa CORRETA.	
A.	A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 28 (vinte e oito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
B.	Acerca do programa de apadrinhamento, poderão participar pessoas maiores de 21 (vinte e um) anos desde que inscritas nos cadastros de adoção e cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.
C.	A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.
D.	É obrigatória a aplicação a todas as crianças, nos seus primeiros dezoito meses de vida, de protocolo ou outro instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção, em consulta pediátrica de acompanhamento da criança, de risco para o seu desenvolvimento psíquico.
E.	A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 28 (vinte e oito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

15. No que se refere às normas contidas na Lei 10.741 de 01º de outubro de 2003, no que tange ao Direito à Saúde, o Estatuto do Idoso dispõe	
A.	ao idoso internado ou em observação que é facultado o direito à acompanhante, podendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo critério médico.
B.	que, em todo atendimento de saúde, os maiores de setenta anos terão preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência.
C.	que é assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
D.	ao idoso que não esteja no domínio de suas faculdades mentais o direito assegurado de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.
E.	que os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra idoso ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, devem encaminhar as peças pertinentes ao Conselho Tutelar, para as providências cabíveis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CARGO DE ADMINISTRADOR

16. No final do século XX, duas tecnologias gerenciais, reengenharia e qualidade, estiveram em evidência para melhorar a produtividade e a competitividade das empresas. O conceito de GQT –Gestão da Qualidade Total- ainda hoje está em evidência. As seguintes afirmativas são características do conceito de GQT, EXCETO	
A.	é uma filosofia que coloca qualidade como ponto central dos negócios e atividades da empresa, disseminando-a em todas as atividades e para todas as pessoas.
B.	o modo de gestão de uma organização, centrado na qualidade, baseado na participação de todos os seus membros.
C.	estabelece como premissa a redução radical da quantidade de pessoal para melhorar a produtividade, sem se preocupar com a escala de produção.

D.	busca o gerenciamento do crescimento do ser humano e o desenvolvimento tecnológico, assim como racionalizar os métodos de produção.
E.	visa ao sucesso a longo prazo, a partir da satisfação do cliente e dos benefícios para todos os membros da organização e para a sociedade.

17. No final do século XX, duas tecnologias gerenciais: reengenharia e qualidade estiveram em evidência para melhorar a produtividade e competitividade das empresas. O conceito de Reengenharia propõe uma revisão geral da estrutura organizacional. As seguintes afirmativas são características do conceito de Reengenharia, EXCETO por/ pelo	
A.	estabelecer a necessidade de validação externa, a validade interna e a confiabilidade.
B.	ser a utilização da tecnologia capaz de modificar substancialmente a forma como se conduz um sistema.
C.	caracterizar-se como um reprojeto radical dos processos administrativos e poder exigir a quebra de regras antigas.
D.	que em relação à estratégia, questiona todas as premissas.
E.	fato do grau de risco de sua implantação ser alto.

18. “A inovação tem sido colocada para as empresas enquanto meta para garantir sua competitividade frente aos mercados concorrenciais. Inicialmente um objetivo da firma, o estímulo à inovação torna-se um desafio governamental, tendo em vista sua capacidade de impulsionar e movimentar a economia nacional e, em última escala, de impactar o próprio desenvolvimento econômico dos países. Os governos se veem, então, compelidos a buscar alternativas políticas para fomentar a inovação no ambiente de negócios de seus países. Entre as alternativas disponíveis, a utilização do chamado poder de compra dos Estados ganha espaço, enquanto instrumento político para a indução de inovações, opção já adotada em países europeus e que começa a ganhar espaço na agenda política brasileira (Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 175-197, abril/ jun. 2012).” O texto mostra que a administração pública também é um espaço para o empreendedorismo e inovações e que cada vez mais cobram-se convergências e avaliam-se diferenças entre a gestão pública e a gestão privada. As afirmativas abaixo estão em linha com esses conceitos, EXCETO	
A.	produzir outras coisas, ou os mesmos objetos, por método diferente, o que quer dizer: combinar esses materiais e forças, de forma diversificada, pode melhorar a produtividade.
B.	o contexto em que a relevância da inovação e do empreendedorismo seja importante como geradora de instrumentos para a ampliação da competitividade das organizações, públicas ou privadas.
C.	o fato de que novas abordagens empreendedoras não podem ser utilizadas no setor público, conforme Art. 30 da Lei 4.320/64, pois podem afetar negativamente a produtividade de cada fonte de receita.
D.	o fato de abordagens inovadoras e empreendedoras visarem atender a uma necessidade, ou seja, uma função, a qual pode ser satisfeita pelo consumo de um bem ou de um serviço.
E.	por dependerem de parâmetros burocráticos, as compras de órgãos governamentais são mais lentas e exigem que os requisitos sejam especificados com maior precisão.

19. A organização político-administrativa do Brasil delega aos municípios a responsabilidade constitucional de oferecer aos habitantes uma variedade de serviços básicos e de infraestrutura. Diante disso, os gestores públicos devem tomar decisões e para isso devem ter noções de elaboração, análise, avaliação e gerenciamento de projetos no serviço público. As melhores práticas na área de gestão de projetos sinalizam para a aplicação das áreas de conhecimento (PMI, 2013), EXCETO	
A.	Gerência da Integração e Gerência do Escopo.
B.	Gerência do Tempo e Gerência do Custo.

C.	Gerência da Qualidade e Gerência dos Recursos Humanos.
D.	Gerência das Comunicações e Gerência dos Riscos.
E.	Gerência das Aquisições e Gerência da Cidadania dos Agentes Públicos.

20. O sistema brasileiro de orçamento adota, como princípio básico de planejamento, a organização das informações orçamentárias em programas formulados a partir dos planos estratégicos de longo prazo e da previsão de recursos por área. As afirmativas abaixo estão de acordo com esse planejamento, EXCETO	
A.	Base Operacional Municipal: na qual são definidos os serviços públicos municipais a serem incluídos nos orçamentos dos Estados e da União e pagos com Contribuições Sociais.
B.	Base Estratégica: na qual é feita uma análise da situação econômica e social, para fins de definição do PPA - Plano Plurianual.
C.	Programas: apresentam a identificação dos problemas a serem solucionados, dos objetivos a serem alcançados e das ações necessárias à consecução desses objetivos.
D.	Programas Finalísticos, ou seja, aqueles que proporcionam bens ou serviços para atendimento direto às demandas da sociedade.
E.	Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, compreendendo aqueles voltados para a oferta de serviços ao próprio Estado, a gestão de políticas e o apoio administrativo.

21. O Plano Plurianual – PPA - estabelece Programas, com a definição dos problemas a serem solucionados. Uma vez definidos os principais atributos do Programa, o demonstrativo passa a detalhar as ações que o compõem. Essas ações podem ser de três tipos. Qual alternativa atende a esse detalhamento?	
A.	Projeto; Atividade; Operações Especiais.
B.	Projeto; Operações Especiais; Orçamento da União.
C.	Projeto; Atividade; Orçamento do Estado.
D.	Atividade; Operações Especiais; Orçamento do Município.
E.	Atividade; Operações Especiais; Operações Altruísticas.

22. A finalidade principal da LOA - Lei Orçamentária Anual - é estimar as receitas que o governo espera dispor no ano seguinte e fixar as despesas que serão realizadas com tais recursos. Na LOA, são estabelecidos dois tipos de despesas que ocorrem na lei orçamentária: as despesas obrigatórias e as despesas discricionárias. São definições e conceitos aplicados a esses tipos de despesas, EXCETO	
A.	despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do governo, tais como pagamento de pessoal, de juros e encargos da dívida pública e de aposentadorias.
B.	porque quanto maior a proporção de despesas obrigatórias no orçamento, maior sua rigidez e menor a flexibilidade dos políticos e gestores para planejar as ações governamentais.
C.	as despesas não obrigatórias, chamadas de “discricionárias”, porque sobre elas o governo tem margem para escolher se as executa ou não.
D.	as despesas obrigatórias que devem passar pela aprovação mensal do Legislativo e Judiciário para que o Executivo possa liberar os recursos orçamentários.
E.	por um código chamado “identificador de resultado primário”, pois assim podemos calcular o grau de rigidez do orçamento de cada ente da Federação.

23. A LOA - Lei Orçamentária Anual - apresenta a programação de gastos separada em três demonstrativos distintos, também chamados de “orçamentos” (embora o orçamento seja único). Qual alternativa atende aos requisitos desses três demonstrativos?	
A.	Orçamento da seguridade social, Orçamento de investimento das empresas Estatais, Orçamento do Judiciário.
B.	Orçamento da seguridade social, Orçamento de investimento das empresas Estatais, Orçamento do Legislativo.
C.	Orçamento Fiscal, Orçamento da seguridade social, Orçamento do Executivo.
D.	Orçamento Fiscal, Orçamento de investimento das empresas Estatais, Orçamento das Autarquias.
E.	Orçamento Fiscal, Orçamento da seguridade social, Orçamento de investimento das empresas Estatais.

24. De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas atualizações, a posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei. São requisitos básicos para a investidura em cargo público, EXCETO	
A.	a nacionalidade brasileira e o gozo dos direitos políticos.
B.	a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
C.	o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
D.	a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.
E.	a comprovação de três anos de experiência anterior no serviço público.

25. A Constituição do Estado do Paraná (e suas atualizações) afirma, no seu Art. 141. “A lei definirá o sistema, as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual equilibrado, integrando-o ao planejamento nacional e a ele se incorporando e compatibilizando os planos regionais e municipais, atendendo”, EXCETO	
A.	ao desenvolvimento social e econômico.
B.	ao repasse para os municípios do ITBI e do IPTU arrecadados pelo estado.
C.	ao desenvolvimento urbano e rural.
D.	à ordenação territorial e à definição de prioridades regionais.
E.	à articulação, integração e descentralização dos diferentes níveis de governo.

26. A Constituição Federal estabelece em seu Art. 37 os princípios e regras para uma condução ética no serviço público. “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” e, também, ao seguinte, EXCETO	
A.	é permitida a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos Arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
B.	a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

C.	a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
D.	a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
E.	os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

27. Em relação ao Orçamento Público no Brasil, os princípios orçamentários podem ser definidos como regras com a finalidade de aumentar a consistência no cumprimento da sua finalidade, qual seja, auxiliar o controle parlamentar sobre os Executivos. Os princípios a seguir, com suas definições, estão presentes nos orçamentos no Brasil, EXCETO

A.	o Princípio da Unidade: cada unidade governamental deve ter apenas um orçamento.
B.	o Princípio da Universalidade: deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.
C.	o Princípio da Anualidade ou Periodicidade: o orçamento público deve ser elaborado e autorizado para um período determinado de tempo, geralmente um ano.
D.	o Princípio do Equilíbrio: Receitas e Despesas devem manter equilíbrio.
E.	o Princípio da Não-Exclusividade: a lei orçamentária pode incluir matérias diversas, além da estimativa da receita e da fixação da despesa.

28. O Orçamento-Programa é um sistema que presta particular atenção ao que um governo realiza mais do que ao que ele adquire. Diante disso, podem ser definidos como elementos essenciais do Orçamento-Programa, EXCETO

A.	os objetivos e propósitos perseguidos pela instituição e para cuja consecução são utilizados os recursos orçamentários.
B.	a definição obrigatória dos montantes de superávit em cada proposta visando abater dívida pública fundada, estabelecidos em cada orçamento programa.
C.	os programas, isto é, os instrumentos de integração dos esforços governamentais no sentido da concretização dos objetivos.
D.	os custos dos programas medidos a partir da identificação dos meios ou insumos (pessoal, material, equipamentos, serviços) necessários para a obtenção dos resultados.
E.	as medidas de desempenho com a finalidade de medir as realizações (produto final) e os esforços despendidos na execução dos programas.

29. Visando estabelecer um limite para os gastos públicos com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir, discriminados: Assinale a alternativa CORRETA.

A.	União: 55% (cinquenta e cinco por cento).
B.	Estados: 60% (sessenta por cento).
C.	Municípios: 65% (sessenta e cinco por cento).
D.	Limite de 30% (trinta por cento) para o Poder Judiciário.
E.	Limite de 35% (trinta e cinco por cento) para o Poder Legislativo.

30. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, dentre as quais algumas estão citadas abaixo, EXCETO	
A.	dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e estabelece que atenderá o equilíbrio entre receitas e despesas.
B.	estabelece normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
C.	estabelece que o projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, conterà ainda reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
D.	por verificar, ao final do ano, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou operacional, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos noventa dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Constituição Federal.
E.	a execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no Art. 100 da Constituição Federal.